Rendimento do trabalho cai; benefícios sociais aumentam

REDE DE PROTEÇÃO

Número de pessoas com mais da metade da renda composta por auxílios de governo cresce 66%

EM SÃO PAULO

Das três dimensões que compõem o índice de qualidade de vida, a renda foi a que menos subiu no Brasil: apenas 6,1% de 1991 a 2000, enquanto a educação subiu 13,9%, e a longevidade, 9,8%.

Ao mesmo tempo, a publicação do Pnud (Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas) mostra que a participação da renda do trabalho no total da renda da população caiu de 83,28% em 1991 para 69,77% em 2000.

No sentido inverso, a parcela da renda resultante das transferências de benefícios governamentais subiu de 10,34% para 14,66%. Entre eles estão aposentadorias, pensões e programas de auxílio.

Em todo o país, subiu 66% a parcela de pessoas que têm mais de 50% de sua renda provenientes de benefícios governamentais (de 7,94% para 13,25%).

Para o economista Marcelo Neri, professor da Fundação Getúlio Vargas, a redução da importância da renda do trabalho condiz com que ele chama, na última década do século 20, de "inferno dos produtores": a crise do emprego, com a queda no rendimento e a redução de postos de trabalho.

Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) já vinham mostrando o aumento da taxa de desemprego aberto e a redução da renda da população ocupada.

O IDHM usa outra medida de rendimento, a renda per capita, referente ao total da população. Por isso, há um certo crescimento da renda, ainda que pequeno.

Neri considera ainda mais grave porque, à crise do emprego, se juntou o aumento da concentração da renda no total do país e em 66% dos municípios brasileiros. É o aumento da desigualdade.

"O Brasil continua resistindo a mexer na distribuição de renda. Enquanto ela persistir, será difícil reduzir a desigualdade", afirma Neri. Na avaliação do economista, o aumento da transferência de benefícios governamentais funcionou, diante da crise do emprego e do trabalho no país, para impedir que houvesse uma queda também no IDHM de renda.

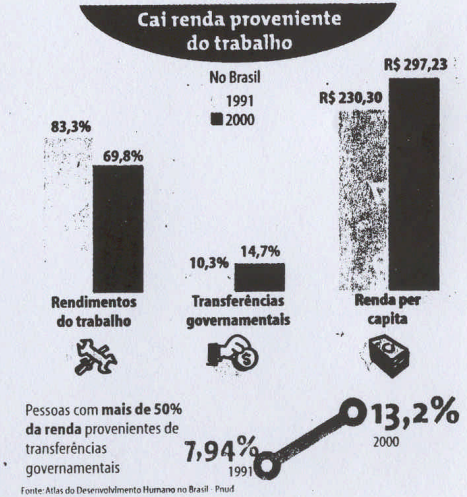
"É o funcionamento das chamadas redes de proteção social, que se intensificaram a partir da Constituição de 1988. Isso também foi uma marca dos anos 90", afirma o economista.

Para Neri, o aumento da renda de benefícios governamentais mostra também a importância do papel do Estado no oferecimento de garantias sociais para a população. "Não se pode extinguir essas ações de uma hora para outra, ainda mais nesse contexto de crise do emprego."

O assessor de desenvolvimento sustentável do Pnud, José Carlos Libânio, diz que, no Brasil dos anos 90, as políticas de saúde e educação conseguiram assegurar uma melhora do desenvolvimento humano mesmo num quadro de crise econômica.

"É interessante observar isso porque, no século 20, o aumento enorme da riqueza não se traduziu em igualdade; nos anos 90, houve melhoras sociais mesmo com redução do desenvolvimento econômico", afirma.

A renda resultante da transferência de benefícios governamentais é importante principalmente em municípios pequenos.

Em Carnaubeira da Penha (Pernambuco), os benefícios representam 36,11% da renda total da população. Em São Paulo, maior cidade do país, os benefícios são 11,45% da renda.

(FERNANDA DA ESCÓSSIA)